



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS  
SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

**ATA**

**167ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**REALIZADA NOS DIAS 09, 10 E 11 DE SETEMBRO DE 2008**

Às nove horas do dia dez de setembro de dois mil e oito, no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB – Travessa Martinho Garcez – Aracajú-SE, teve início à 167ª. (centésima sexagésima sétima) reunião ordinária do CONANDA, com o tema central: “O abrigo de crianças e adolescentes – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária – Violência física e uso abusivo de substâncias”, tendo a seguinte pauta: Dia 09/09/2008: 09h00 às 12h00 – Reunião das comissões do CONANDA. 13h30 às 15h30 – Visitas aos abrigos. 16h00 às 19h30 – Audiência Pública, contendo: a) Apresentação Cultural – Filarmônica Sagrada Família / Município de Siriri; b) Abertura Oficial. Dia 10/09/2008: 08h00 – Apresentação Cultural – SEMASC. 08h30: Mesa 1 – Os principais fenômenos que levam ao abrigo: a) O que as pesquisas apontam sobre principais causas do abrigo – Enid Rocha (Pesquisadora do IPEA e Coordenadora do Levantamento Nacional de Abrigos); b) Os determinantes do abrigo de crianças e adolescentes e o reordenamento dos abrigos – Mirian Veral (Pesquisadora do NECA / e Professora da PUC); c) A caracterização da violência física contra a criança e adolescentes – Isadora Severo Garcia Fortes ( Instituto Pró-mundo e Rede Não Bata Eduque); d) Conexões entre o uso abusivo de substâncias e a violência física contra crianças e adolescentes – Carla Dalbosco (Diretora de Prevenção e Tratamento – Secretaria Nacional Anti-Drogas). 10h30: Mesa II – Políticas e programas de Promoção à Convivência Familiar e comunitária: a) O papel e as ações da Comissão Nacional Intersetorial de acompanhamento da implementação do PNCFC – Ludmila Palazzo (Coordenadora Adjunta do Programa de Fortalecimento do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente da SPDCA/SEDH); b) Os programas e ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome na implementação do PNCFC – Solange Martins (Coordenadora das ações de Regulação do Departamento de Proteção Social Especial – Secretaria Nacional de Assistência Social / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome); c) O papel e ações do GT Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária – Cláudia Cabral ( Diretora da ONG Terra dos Homens e Secretaria Executiva do GT). 12h30 : Debate. 14h30 às 15h30: Mesa III – Campanhas e normatizações: aspectos selecionados das ações em cursos: a) Apresentação e lançamento da consulta pública do Documento de reordenamento dos abrigos - Solange Martins (Coordenadora das ações de Regulação do Departamento de Proteção Social Especial – Secretaria Nacional de Assistência Social / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome); b) Informe sobre o Projeto de Lei sobre Adoção aprovado na Câmara dos Deputados - Ludmila Palazzo (Coordenadora Adjunta do Programa de Fortalecimento do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente da SPDCA/SEDH); c) Apresentação da Campanha “Não Bata. Eduque” (Rede Não Bata, CONANDA, SEDH, Caixa Econômica Federal) – Benedito dos Santos (Coordenador do Programa de Fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos da SEDH/SPDCA e Secretário Executivo do CONANDA), Mirian Olinger (Representante da

Coordenação da Rede: Não Bata, Eduque), Olavo Perondi (Gerente Operacional da área de Responsabilidade Social da Caixa Econômica Federal); d) Apresentação do Projeto de Lei 2654/2003 de autoria da Deputada Federal Maria do Rosário – Proíbe qualquer forma de castigo físico em criança e adolescente – Isadora Severo Garcia Fortes (representante da Coordenação da Rede: Não Bata, Eduque); 15h30 às 16h00: Debate – Esclarecimentos. 16h00 às 17h30: Trabalho de Grupo – Contribuições quanto ao projeto de lei e sugestões para o reordenamento de abrigos. 17h30 às 18h30: Apresentação dos grupos. 18h30 às 19h00: Encerramento – Apresentação Cultural – Fundação Renascer. Dia 11/09/2008: Plenária do CONANDA. 09h00 às 10h00: Trabalho Infantil (Revisão do Plano Nacional). 10h00 às 12h00: Apreciação da Resolução sobre criação e o funcionamento dos conselhos Tutelares. 12h00 às 13h00: Aprovação da Carta de Aracajú. 14h00: Encerramento. Nesta Assembléia foram tomadas as seguintes Deliberações: **1) Comissão de Mobilização e Formação:** 1.1 – Submeter a minuta de resolução dos parâmetros para criação e funcionamento dos conselhos tutelares em consulta pública por um prazo de 45 dias a contar do dia 11 de setembro de 2008; 1.2 – Constituir um grupo de trabalho para juntamente com a Comissão de Mobilização e Formação consolidar as sugestões enviadas pela consulta e preparar a minuta final de resolução. A proposta de constituição deste GT deverá ser apresentada na próxima reunião do CONANDA; 1.3 – Deflagrar o processo interno de discussão da proposta de PL de parâmetros para criação e funcionamento dos conselhos tutelares. **2) Comissão de Políticas Públicas:** 2.1 – Aprovar o mérito da Nota sobre o caso dos adolescentes assassinados em Ribeirão Pires. Antes de ser tornada pública ela deverá passar por uma revisão ortográfica. A nota deverá ter divulgação ampla com a recomendação de que membros do CONANDA dêem ampla repercussão nas redes sociais e mala direta; 2.2 – Aprovar processo e o cronograma de participação do CONANDA na Revisão do Plano Nacional de Erradicação de trabalho Infantil, sendo: a) Prazo de contribuição dos conselheiros do CONANDA – até 10/10/2008; b) Reunião GT aprendizagem para sistematizar contribuições dos conselheiros do CONANDA – mês de outubro antes da Plenária; c) Aprovação das contribuições do CONANDA a serem enviadas à Conaed – Plenária de Novembro.; 2.3 – Aprovar a constituição de um GT para propor o processo de consolidação da política nacional de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e propor as linhas gerais da VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente. A proposta de composição será apresentada pela comissão à todos os conselheiros. Ficou aprovada ainda a contratação de uma empresa ou instituto para subsidiar o processo de consolidação das políticas e elaboração do Plano Decenal; 2.4 – Indicar as conselheiras Júlia, Maria Ines e Núbia para fornecer parecer sobre o Relatório do Governo Brasileiro de implementação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança; 2.5 – Aprovar o cronograma de apreciação e aprovação da minuta de parâmetros para acolhimento institucional de crianças e adolescentes, sendo: a) Realização de consulta pública – de 12 de setembro a 8 de outubro de 2008; b) Constituição de GT para consolidar as propostas: 2 conselheiros do CONANDA e 2 conselheiros do CNAS, com o apoio técnico do CONANDA/SEDH e MDS. Por parte do CONANDA foram indicadas as conselheiras Solange Martins e Miriam; **3) Comissão de Orçamento e Finanças:** 3.1 – Enviar as contribuições da minuta de parâmetros para criação e funcionamento dos fundos dos direitos da criança e do adolescente para todos os conselheiros por intermédio de CD; 3.2 – Enviar para todos os conselheiros do CONANDA e conselhos estaduais o Documento da Petrobrás com os critérios de destinação de recursos; 3.3 – Agendar a votação da minuta de resolução dos fundos para a plenária do mês de novembro de 2008; 3.4 – Solicitar informações adicionais ao Programa de Fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos sobre os projetos remetidos para aprovação da Comissão de orçamento e Finanças para que os mesmos sejam apreciados na próxima Assembléia Ordinária do CONANDA; 3.5 – Solicitar a Comissão de Orçamento e Finanças a preparação de uma proposta de procedimentos para análise técnica dos projetos aprovados com recursos do Fundo Nacional para a Criança do Adolescente, a ser apreciada pela Plenária do CONANDA, em data oportuna. A Assembléia foi presidida pela senhora **Maria Luiza Moura Oliveira** - Presidente do CONANDA e contou com a participação dos conselheiros: **Ivanildo Tajra Franzosi** – Casa Civil da Presidência da República; **Solange Stella Serra Martins** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate

a Fome; **Thais B. da Silva Pinho Werneck** – Ministério da Cultura; **Leandro da Costa Fialho** – Ministério da Educação; **Danielle Fermiano dos Santos Gruneich** – Ministério do Esporte; **Marcos Aurélio Santos de Souza** – Ministério da Fazenda; **Eduardo Basso** – Ministério da Previdência Social; **Maria de Lourdes Magalhães** – Ministério da Saúde; **Ana Lucy Gentil Cabral Petersen** – Ministério das Relações Exteriores; **Débora Nogueira Bezerra** – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP/IPEA; **Leonardo Soares de Oliveira** – Ministério do Trabalho e Emprego; **Romeu Tuma Junior** – Ministério da Justiça; **Carmem Silveira de Oliveira** – Vice-Presidente do CONANDA e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; **Denise Antônia de Paula Pacheco** – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; **José Ricardo Calza Caporal** – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; **Glícia Thaís Salmeron de Miranda Vieira** – Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; **Vilmar Burzlaff** – Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social\Fé e Alegria do Brasil; **MARIA JÚLIA ROSA CHAVES DEPTULSKI** – Movimento nacional de Meninos e Meninas de rua; **Miriam Maria José dos Santos** – Inspeção São João Bosco – Salesianos; **Maria Aurilene Moreira Vidal** – Confederação Nacional, dos Bispos do Brasil\Pastoral do Menor; **Fábio Feitosa da Silva** – União Brasileira de Educação e Ensino; **Francisco Rodrigues Correa** – Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas; **Marilúcia Rocha de Almeida Picanço** – Sociedade Brasileira de Pediatria; **Ariel de Castro Alves** – Movimento Nacional de Direitos Humanos; **Maristela Cizeski** – Pastoral da Criança – Organismo de Ação Social da CNBB; **Maria Ines Rocha de Souza Bierrenbach** – Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; **Raimunda Núbia Lopes da Silva** – Central Única dos Trabalhadores; **Manoel Onofre de Souza Neto** – Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude; **Eliana Augusta de Carvalho Athayde** – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente; **Luciana Faria Alves Antônio** – Aldeias Infantis SOS - Brasil; **Tiana Sento-sé** – Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social; **Suzan Sami Ramos** – Assembléia Espiritual Nacional do Brasil; **Ludimila Oliveira Palazzo**; **Miriam Veras Baptista**; **Claudia de Araújo Cabral**; **Isadora Severo Garcia Fortes**; **Carla Dalboso**; **Mariana Ollinger**; **Olavo Perondi**; **Álvaro Augusto Hall**. A Sr<sup>a</sup>. Miriam começa falando sobre o abrigamento de crianças de baixa renda e retrata o impacto nas famílias. Comenta sobre o reordenamento dos abrigos. Defende que o acolhimento familiar deve ser institucional, tendo que ser inspecionado. Fala sobre a trajetória do Professor da USP Roberto Silva que se inspirou em sua própria jornada para concluir seu mestrado e doutorado, tendo como assunto a questão da responsabilidade do estado na questão do abrigamento. Comenta sobre a importância histórica da criação do ECA que foi a Lei de universalização da responsabilidade do estado, assinado pelo ex-presidente Collor. Continua falando sobre a falta de verbas para a execução de conselhos e os motivos, citando o projeto PRÓ-ASF, criado em São Paulo que tinha como propósito acabar com a questão o menino e a menina de rua na cidade de São Paulo, que não obteve sucesso por conta de corte de verba. Segue dizendo que cabe a família, estado e sociedade a obrigação de defender a criança e o adolescente. Relata que o resultado pós abrigamento dessas pessoas depende dos próprios abrigos e sua administração. A Sr<sup>a</sup>. Isadora Garcia inicia sua palestra agradecendo o convite feito pelo CONANDA para estar participando da Assembléia com a contribuição ao debate sobre o tema de violência contra a criança e o adolescente. Comenta sobre o PRÓ-MUNDO que é uma organização não governamental e que trabalha nesta. Fala sobre a abordagem de diversos pontos a cerca da violência contra crianças e mulheres. Aborda também a forma de disciplinar que algumas famílias utilizam para educar seus filhos, tendo como principal ação o uso de violência física e verbal, segue falando sobre os efeitos que decorrem após tais agressões. Exclama que muitas vezes essa ação de violência começa por conta de uma série de outras violências e que muitas vezes têm como causa a exclusão social, de desigualdade econômica e social. Fala sobre uma campanha nacional criada no ano de 2007 com o nome “Campanha não bate, eduque” que conta com um site, onde pessoas de todo o Brasil esclarecem suas dúvidas a cerca de diversos assuntos relacionados a educação de seus filhos. Destaca a importância de ser criar uma rede de apoio a essas famílias. A Sr<sup>a</sup>. Carmem inicia dizendo que irá dividir sua

fala em dois períodos, uma sobre reflexões teóricas a respeito das drogas e da violência e outra para apresentar um trabalho que ela vem desenvolvendo em termos de políticas públicas pensando na questão das drogas. Continua dizendo que o modelo adotado quando se trata da questão de violência, drogas e família foi de durante seu mestrado se trabalhar com famílias que perderam seus filhos assassinados por conta do tráfico de drogas. Fala ainda a importância de se não fazer uma ligação direta sobre o uso de álcool e outras drogas com a violência. Continua relatando que o maior problema de saúde pública existente no Brasil é com as drogas lícitas. Segue relatando os inúmeros motivos que levam as pessoas a usarem drogas, e que em muitos casos, a utilização é para aliviar as diversas violências vividas e não como causa direta de violência. Exclama que o uso de drogas está vinculado a todas as classes sociais e explica que esse fenômeno ocorre por conta de fragilidades dentro desses meios. Comenta sobre os avanços políticos a respeito da prevenção ao uso de drogas feito pelo SENADE. Relata que em 1998 foi criada a primeira nacional anti-drogas e que 2004 depois de alguns esforços foram realizados diversos seminários em diversas regiões do país. Tendo como principal foco nesta política a prevenção, promovendo uma melhor relação familiar e social. Comenta também sobre a criação de uma política nacional que foi realizada em 2007, onde trabalha questões sobre o uso do álcool e estuda o impacto na saúde pública e sua prevenção. Fala ainda sobre a questão das propagandas, que consideram como bebidas alcoólicas aquelas que apresentem o teor acima de 0,12 e que abaixo disso são consideradas como alimentos. Preocupa-se com o público alvo destas propagandas. Fala também sobre estudos que vêm sendo realizados para levantar o consumo de álcool e drogas por determinadas populações. Continua relatando que no levantamento domiciliar que foi realizado no ano de 2005 constatou que 12% das pessoas entre 12 e 65 anos de idade são dependentes do álcool. Prossegue dizendo que neste ano ocorrerão cinco cursos à distância para trabalhar questões de prevenção entre outras e que terá também um curso neste semestre voltado aos educadores para trabalharem melhor essas questões. Fala sobre a existência de cartilhas para pais de crianças, adolescentes, álcool e drogas e está sendo pensando sobre a criação de uma cartilha que fale a respeito do crack e também sobre o serviço viva voz que têm como objetivo a questão da prevenção e informações adequadas sobre as drogas. Por fim fala sobre a existência de dois sites destinados aos jovens, o primeiro possui uma linguagem bem dinâmica e o outro foi feito com parceria do instituto do câncer, que é o jovem sem tabaco. Sr<sup>a</sup>. Ludmila Palazo fala que em 2006 o CONANDA e CNAS sentaram na mesma para redigir o plano nacional de convivência familiar e comunitária, e em 2007 foi criado por decreto, em setembro de 2007, uma comissão nacional intersetorial. Comenta que a principal atribuição desta comissão é acompanhar e monitorar, a implementação do plano nacional, e que possui uma outra função bastante importante, que é de fomento a elaborações dos planos estaduais e municipais, da convivência familiar e comunitária, e constituição das comissões estaduais e municipais que vão nos estados e municípios monitorar a implementação dessas ações que vão acontecer nos níveis estaduais e municipais e por fim fala que essa comissão acontece uma vez ao mês e em caráter extraordinário mais vezes. Fala que no ano de 2008 a principal ação foi a de definir um regimento da comissão explicando como ela deve funcionar. Comenta ainda sobre o grupo composto pela ABNT, CONANDA e outros órgãos que compõem a comissão que trabalhará numa proposta de texto alternativo do PL da adoção 6222. Exclama que o Sr. Benedito fala que não seria necessária a criação de uma lei nacional de adoção e sim uma adequação. Fala também sobre algumas questões que foram trazidas para dentro do PL como a modificação de nomenclaturas e outras medidas. A Sr<sup>a</sup>. Solange Martins elogia e cumprimenta a Sr<sup>a</sup>. Lílian Veras e diz que esta faz um bom trabalho na área da criança e adolescente. Fala também sobre as inúmeras ações do plano nacional de convivência familiar e comunitária que são em torno de 136. Fala que o MDS tem um conjunto de ações no âmbito do sistema único do assistente social, que relacionadas ao plano de convivência familiar, que estão relacionadas às três seguranças sociais, que cada política de assistência social implementará, ou seja, a segurança convívio, garantia de renda e o acesso à renda. Comenta ainda sobre um conjunto de ações que têm mais haver com o foco que é a questão da rede de acolhimento e o reordenamento dessa rede já colhida. Relata sobre ações que o MDS tem nos projetos “Quem ama protege” e “Do caminho para casa” e explica um pouco sobre tais

projetos. Fala também sobre a importância da reintegração de crianças e adolescentes que estão abrigadas e de se iniciar um processo para fazer um diagnóstico nacional para saber sobre a situação de cada criança e adolescente abrigada como também sobre a estrutura física desses abrigos. Propõem a qualificação dos profissionais que hoje atuam nesses abrigos, estabelecendo também parâmetros técnicos e operacionais para o devido funcionamento desses abrigos. Comenta sobre o grande desafio que é a necessidade de fortalecer a capacidade de gestão dos órgãos executores desses serviços, sendo a parte do abrigo e ações de proteção à família, e outro desafio é contribuir para o reordenamento dos abrigos em todas as perspectivas anteriores. Finaliza dizendo que é um grande desafio fazer gestões para aprovação do PL 6222 que embora seja uma lei nacional de adoção, trata de muitos aspectos importantes na prevenção do abrigamento. A Sr<sup>a</sup>. Cláudia Cabral agradece o convite do CONANDA por estar participando da assembléia. Comenta que têm procurado implementar o plano nacional em todo o Brasil e que um dos estados que está entrando no plano nacional é o Sergipe. Fala que o GP surgiu depois que a comissão intersetorial escreveu o plano e segue dizendo que quando começou a escrever o plano percebeu que o problema família acolhedora era uma novidade. Fala também que depois de alguns questionamentos sobre os diversos projetos de abrigos, foi decidido à criação de um grupo que se chama grupo nacional pró-convivência familiar e comunitária, que teve início com o UNICEF e seguiu com o apoio do CEA. Comenta que o funciona com dois membros de cada estado, um membro do governo e um membro de uma ONG. Fala ainda que uma das coisas que se foi trabalhado dentro do plano foram os programas de atendimentos e que agora é uma questão de disseminação e de inclusão de novos estados e de todos os municípios. Comenta também que um dos maiores desafios vai ser a interseção de unificar os diversos projetos que as secretarias fazer. Continua explicando a importância da apuração do conselho tutelar nos diversos casos para assim evitar danos maiores a criança e o adolescente, como o afastamento da família de origem. Na mesma linha diz que é necessário se fazer um levantamento em nível nacional, para então poder encaminhar essas crianças para o os projetos família acolhedora, casa de passagem, casa-lar, que são programas de alta complexidade. Finaliza dizendo que o UNICEF está disposto a ajudar na implementação do plano de convivência familiar e comunitária. A Sr<sup>a</sup>. Conceição fala sobre a criação do guia do abrigamento com os devidos termos, mas ainda não foi possível incrementar todas as ações. Fala também que é muito fácil tirar meninos e meninas das ruas, mas o difícil é inserir esses projetos em Aracaju para esses indivíduos, segue relatando que existem grandes problemas na infância do estado do Sergipe. Comenta sobre propostas pedagógicas que se utiliza nos abrigos. Expõe ainda sobre a questão do reordenamento institucional em Sergipe. Fala ainda sobre o lançamento do projeto que é o sistema de aviso legal de violência e exploração da criança e do adolescente, lançado e coordenado pelo Ministério Público, e já vêm sendo implantado por mais da metade dos interiores do estado do Sergipe. Continua fazendo questionamentos e perguntas ao MDS. A Sr<sup>a</sup>. Miriam expressa à importância de se trabalhar as metodologias de comunicação entre os jovens, assim para que eles possam seguir suas vidas sem ter dicas de como fazer. Sr<sup>a</sup>. Solange fala que Sergipe é um estado que têm condições favoráveis de estruturar sua rede de abrigos. Fala sobre dois passos que são muito importantes para que se assegure o reordenamento do abrigo. Comenta também sobre o plano, que prevê ações para direcionar os responsáveis, estratégias, prazos e orçamento para realização deste plano. Fala sobre o cardápio de opções dos projetos e como gostaria que cada programa funcionasse. Comenta que não é o UNICEF que está apoiando a implementação do plano nacional e sim dando um pequeno empurrão. Diz ainda que o GT no Rio vem funcionando e no caso está se transformando em uma comissão e que não possui nenhum apoio financeiro do UNICEF. Sr. Tiago faz dois questionamentos, o primeiro se refere à discussão que foi feito na primeira mesa, quando se tratou da questão do abrigamento e violência. Pergunta a mesa como se têm trabalhado num circuito que as pessoas possam perceber que aquilo é uma violência: Qual é o caminho? A Sr<sup>a</sup>. Conceição Cintra faz dois questionamentos, o primeiro para a representante do MDS e da secretaria especial de direitos humanos, e o segundo para representante da secretaria especial de políticas sobre drogas. Comenta sobre um levantamento na décima sétima vara que fala sobre a questão das drogas relacionadas aos adolescentes que são entrevistados no núcleo. Sr<sup>a</sup>. Marli faz um apelo a cerca do projeto que

se encontra no MDS que trata sobre criança, adolescente e até idoso, que no atual momento se encontra engavetado. Fala também sobre a aquisição de dez computadores que veio do ministério do planejamento. Sr<sup>a</sup>. Marilúcia parabeniza a mesa anterior e relata que ficou muito encantada, pois aprendeu muito. A Sr<sup>a</sup>. Marлизete agradece a UNESA e pedi desculpas por estar fazendo perguntas. Faz algumas colocações, no caso sobre a violência. Pergunta como trabalhar esse lado? Como identificar? Qual a concepção da família? Sr. Manoel Oliveira pergunta para a primeira palestrante em como podem limpar os ouvidos dos gestores que muitas vezes violenta os conselhos e não dão sustentação. A Sr<sup>a</sup>. Rosária pede para fazer alguns esclarecimentos sobre a fala da Doutora Conceição. Cita o grande esforço que o município de Aracaju vem tendo no sentido de fortalecer de ampliar o número de CREA's, que é a unidade estatal que têm o programa de atenção integral a família. O Sr. Valdiosmar direciona uma pergunta para a Sr<sup>a</sup>. Miriam, no que diz respeito da questão estrutural. A Sr<sup>a</sup>. Lídia rego faz uma pergunta para a Sr<sup>a</sup>. Carla. Fala sobre a dificuldade de diálogo da sociedade civil com o poder público. O Sr. Álvaro fala da existência de dois motivos que têm levado a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a SPDCA a apoiar a campanha não bata eduque. Um deles é a questão da violência física contra as crianças. Fala ainda sobre a questão da criação de políticas públicas que trate da violência doméstica. Comenta que o CONANDA e a secretaria especial têm procurado dar resposta à questão do enfrentamento, que inclusive fala sobre a questão de constituir um novo plano de enfrentamento da violência física dentro de casa. A Sr<sup>a</sup>. Isadora agradece pela oportunidade de falar sobre o trabalho da rede, não bata eduque e também pela campanha nacional. Explica que a campanha não bata eduque, é uma campanha a favor dos direitos das crianças e contra os castigos físicos e humilhantes desta forma explica que este projeto é uma rede nacional de mobilização da sociedade brasileira sobre esses temas. Fala que atualmente a rede é formada por muitas pessoas e organizações, com um grupo gestor de 11 organizações. Exclama que o público alvo tem sido os pais e os cuidadores de crianças e adolescentes. Fala que o lançamento da campanha aconteceu no ano de 2007 em Brasília com o apoio da SDH, com o lançamento do site [www.nãobataeduque.org.br](http://www.nãobataeduque.org.br), explica que neste site consta todo o conteúdo a respeito da campanha. Fala também sobre todo o material desta campanha, explica que existem cartazes com diversas mensagens e até mesmo um DVD com desenho animado, retratando uma família com problemas. Comenta sobre o apoio da SEDH para o lançamento de um concurso nacional boas práticas, para erradicação dos castigos físicos e humilhantes. Continua falando sobre o lançamento da segunda parte da campanha publicitária. Comenta a respeito do projeto de lei da Maria do Rosário que na foi adiante. Expõe que depois da realização de uma ampla pesquisa ficou evidenciado que o castigo físico e humilhante contra a criança é uma das principais violações de direito. Continua dizendo que o Brasil possui em seu estatuto uma das leis mais extraordinárias, em relação a outros países que nem se quer possui estatuto. Sr. Álvaro cumprimenta a todos e fala que é uma satisfação muito grande estar participando da assembléia. Fala sobre o apoio da caixa econômica em relação aos esportes. Comenta também sobre a proposta de auxiliar no fomento não bata eduque e a disseminação da campanha. Explica que o objetivo geral é contribuir na disseminação da cultura solidariedade do cuidado e do amor nas relações intra-familiares, desconstruindo a cultura do autoritarismo arbitrário, do adulto sobre a criança e do adolescente, com o objetivo de inibir praticas abusivas, humilhantes e vexatórias no processo de educação que os pais e os responsáveis injetam em seu núcleo familiar. Fala que o público alvo desta campanha que está sendo atendida por este comitê para capacitação são educadores sociais, conselhos de direito da criança e do adolescente, conselhos tutelares técnicos do CRAS, CRES, secretaria do desenvolvimento social municipal e estadual, profissionais da rede publica de ensino, educantes e familiares da rede de ensino, Fala sobre realizar o fomento a campanha nas 27 capitais brasileiras. Finaliza dizendo que está eram as propostas que ele junto à caixa econômica queria trazer a assembléia para de alguma forma está apoiando este tema. A Sr<sup>a</sup>. Solange exclama que o CONANDA escolheu esse momento da assembléia para fazer o orçamento em consulta pública d documento que ta provisoriamente denominando orientações técnicas para os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. Fala que este documento foi elaborado pelo MDS, mas que foi construído a partir de subsídios de vários fóruns de várias instancias. Continua falando

sobre as finalidades do documento, que é de estabelecer os parâmetros de funcionamento e oferecer as orientações metodológicas para os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes pra que esses serviços venham a cumprir sua função protetiva e de restabelecimento de direitos, compondo uma rede que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Explica ainda que este documento seja bastante minucioso e detalhista, mais que precisa se aperfeiçoar. Sr. Edmundo parabeniza a caixa econômica por essa iniciativa e segue fazendo três perguntas ao Sr. Virgílio, pergunta se a campanha seria financiada com recursos do fundo, quem coordenaria a campanha e qual o custo dessa campanha. O Sr. Pereira pergunta se CONANDA está sensível ao que é um novo tipo de violência, a estrutural. A Sr<sup>a</sup>. Malu explica a importância da carta, que é o documento onde registrarão sua ideias e discussões, continua falando sobre dividir a equipe em três grandes grupos para poder nesta troca de idéias terem elementos para construir uma agenda política para efetivar as questões que foram levantadas aqui. A Sr<sup>a</sup>. Julia fala sobre a realização do quinto encontro nacional de educação social que será realizado nos dias treze a dezesseis de novembro em Olinda e aproveita para divulgar o site [www.educacaosocial.org.br](http://www.educacaosocial.org.br). A Sr<sup>a</sup>. Ângela se apresenta dizendo estar representando grupo dois. Diz que em relação a primeira pergunta seria a mudança da cultura atual dos abrigos, tanto estrutura física quanto pedagógica, a regionalização dos abrigos, apadrinhamento afetivo social, criação de famílias acolhedoras, república para os adolescentes principalmente os regressos de abrigos, articulação e mobilização da rede de proteção, capacitação continuada para a rede e campanhas de sensibilização. Responde a terceira questão falando que seria interessante a criação de comissão dos representantes dos conselhos setoriais, estaduais juntamente com fórum DCA e com o FAPTOS que é sua relação com os conselhos tutelares. Na quarta pergunta responde que seria implementar os marcos legais e operacionais da política de atendimentos de crianças e adolescentes e uma articulação e convocação dos conselhos setoriais, para apropriação e elaboração dos planos estaduais e municipais de convivência familiar e comunitária. A Sr<sup>a</sup>. Malu chama o Sr. Manuel que é pai de um dos meninos que fizeram a apresentação para lhe entregar o estatuto e pede para que ele entregue um exemplar para cada um. Continua dizendo que isso é um ato de experiência de liberdade e registra que estatuto possui dezoito anos e que deseja que ele tome cada vez mais vida. Agradece em nome do CONANDA, do conselho estadual, do fórum e de todas as entidades que estiverem lá reunidas A Sr<sup>a</sup>. Glícia agradece aos conselheiros do CONANDA, aos seus amigos, aos novos amigos e diz ter compreendido a importância que é fortalecer a sociedade civil organizada. Fala que nada disso teria acontecido se eles a principio não tivessem aceito o convite que ela fez a eles para que pudessem vir a Sergipe. Agradece pela presença de todos e diz que serão sempre bem vindos. Diz que entregará para o Sr. Manoel o plano nacional de convivência familiar e comunitária como símbolo da família. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a plenária, e lavrada a presente Ata, que vai assinada pela Presidente.

**MARIA LUIZA MOURA OLIVEIRA**  
**Presidente - CONANDA**